

RESUMO - ST21 - MARXISMO E DITADURA MILITAR NO BRASIL

A INTERFERÊNCIA DA DITADURA MILITAR NAS HABITAÇÕES POPULARES: ADOÇÃO DE POLÍTICAS SANEADORAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE - PB.

Vitória Caroline Remígio Araújo (vitoria.remigio@estudante.ufcg.edu.br)

A discussão sobre a política saneadora é vigente no Brasil desde o início do século XX e é observada em ações como a Reforma Urbana de Pereira Passos no Rio de Janeiro (1902-1906), durante a política populista do período varguista (1930-1945) e durante a Ditadura Militar (1964-1985). O objetivo deste trabalho é analisar os projetos ditoriais voltados para a revitalização e habitação durante o período de 1972 a 1980, em específico com os projetos PDLI (1972), o CURA (1978) e o PROMORAR (1980), na cidade de Campina Grande na Paraíba. O ponto central é a discussão do direito à moradia e o direito à habitação com base nesses projetos, que tinham como o principal objetivo a erradicação de favelas e a revitalização de pontos valorizados da cidade; E que em contrapartida, vieram a incentivar a criação de novas periferias e a ocupações de terrenos privados sem o mínimo de planejamento urbano, causando riscos à saúde e segurança da população atingida. Dessa forma, o artigo se fundamenta na autora Ermínia Maricato (1995), para trabalhar com a questão da lei do mercado se tornar mais efetiva do que a norma legal devido aos conflitos entre o mercado imobiliário e essas zonas periféricas, além da posição do Estado neste conflito; em Friedrich Engels (2015), na relação do desenvolvimento urbano que tende a colaborar com a alta de alugueis, concentração de famílias em uma única residência e na questão dos desabrigados; e por fim, a utilização de reportagens do Diário da Borborema que promoveram e fizeram a

cobertura dos projetos ditoriais, além de promover a criação de uma imagem negativa da população campinense que foi atingida pela ação dos projetos e buscaram uma nova moradia com as ocupações de terrenos privados na cidade. Conclui-se que a atuação dos projetos na cidade de Campina Grande contribuiu para a evolução da atividade do mercado imobiliário da cidade, com a valorização de áreas que teve suas favelas erradicadas, além de propagar ainda mais a periferização da população pobre, vetando a eles o direito a moradias de qualidade e a propriedade; o direito a ir e vir; o direito à saúde; à educação; ao lazer e à segurança.

Palavras-chave: habitação; ditadura militar; campina grande; periferias.